

Ed. Heinrich Geiselberger

## O GRANDE RETROCESSO

Um debate internacional  
sobre as grandes questões  
do nosso tempo

Tradução de  
LUCÍLIA FILIPE  
MARGARIDA FILIPE  
MARTA CORREIA



## O GRANDE RETROCESSO

Título original: *Die große Regression. Eine Internationale*

*Debatte über die geistige Situation der Zeit*

Editado por Heinrich Geiselberger

Copyright deste volume (excepto o texto de António Costa Pinto):

© Suhrkamp Verlag, Berlin, 2017

Copyright dos textos: Preâmbulo: © Heinrich Geiselberger, 2017; «O cansaço da democracia»: © Arjun Appadurai, 2017; «Sintomas em busca de um objecto e de um nome»: © Zygmunt Bauman, 2017; «O "Grande Retrocesso" Populista? As duas globalizações e o seu futuro»: © António Costa Pinto, 2017; «Política progressista e política regressiva no neoliberalismo tardio»: © Donatella della Porta, 2017; «Neoliberalismo progressista versus populismo reaccionário: Uma escolha de Hobson»: © Nancy Fraser, 2017; «Do paradoxo da libertação ao fim das elites liberais»: © Eva Illouz, 2017; «Futuros maioritários»: © Ivan Krastev, 2017; «A Europa refúgio»: © Bruno Latour, 2017; «Vencendo o medo da liberdade»: © Paul Mason, 2017; «Política na era do ressentimento. O legado obscuro do Iluminismo»: © Pankaj Mishra, 2016; «Coragem para ousar»: © Robert Misik, 2017; «Descivilização. Sobre tendências regressivas nas sociedades ocidentais»: © Oliver Nachtwey, 2017; «Do retrocesso global aos contramovimentos pós-capitalistas»: © César Rendueles, 2017; «O regresso dos excluídos como princípio do fim do capitalismo neoliberal»: © Wolfgang Streeck, 2017; «Caro Presidente Juncker»: David Van Reybrouck, 2017; «A tentativa populista»: © Slavoj Žižek, 2017

O texto de António Costa Pinto foi escrito propositadamente para a edição portuguesa deste livro, não estando incluído na edição original alemã.

© desta edição:

2017, Penguin Random House  
Grupo Editorial Unipessoal, Lda.  
Avenida Duque de Loulé 123  
Edf. Office 123 – Sala 3.6  
1069-152 Lisboa  
correio@penguinrandomhouse.com

Tradução: Lucília Filipe, Margarida Filipe e Marta Correia

Revisão: Ana Brito

Paginação: Segundo Capítulo

Capa: adaptação de Teresa Coelho

1.ª edição: Abril 2017

ISBN: 978-989-665-215-9

Depósito legal: 423760/17

Impressão e Acabamento: Printer Portuguesa

**Objectiva é uma chancela de:**

Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

Este livro não pode ser reproduzido, no todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado, além do uso legal como breve citação em artigos e críticas, sem a prévia autorização por escrito do editor.

## Índice

Preâmbulo de Heinrich Geiselberger . . . . .	9
O cansaço da democracia, ARJUN APPADURAI . . . . .	17
Sintomas em busca de um objecto e de um nome, ZYGMUNT BAUMAN . . . . .	33
O «Grande Retrocesso» Populista? As duas globalizações e o seu futuro, ANTÓNIO COSTA PINTO . . . . .	51
Política progressista e política regressiva no neoliberalismo tardio, DONATELLA DELLA PORTA . . . . .	63
Neoliberalismo progressista versus populismo reaccionário: Uma escolha de Hobson, NANCY FRASER . . . . .	83
Do paradoxo da libertação ao fim das elites liberais, EVA ILLOUZ . . . . .	97
Futuros maioritários, IVAN KRASDEV . . . . .	119
A Europa refúgio, BRUNO LATOUR . . . . .	137
Vencendo o medo da liberdade, PAUL MASON . . . . .	149
Política na era do ressentimento. O legado obscuro do Iluminismo, PANKAJ MISHRA . . . . .	171
Coragem para ousar, ROBERT MISIK . . . . .	189
Descivilização. Sobre tendências regressivas nas sociedades ocidentais, OLIVER NACHTWEY . . . . .	205
Do retrocesso global aos contramovimentos pós-capitalistas, CÉSAR RENDUELES . . . . .	221
O regresso dos excluídos como princípio do fim do capitalismo neoliberal, WOLFGANG STREECK . . . . .	239
Caro Presidente Juncker, DAVID VAN REYBROUCK . . . . .	259
A tentativa populista, SLAVOJ ŽIŽEK . . . . .	275
Colaboraram neste livro . . . . .	293

## O «Grande Retrocesso» populista? As duas Globalizações e o seu futuro

*António Costa Pinto*

Como o passado das sociedades é o (quase único) instrumento que temos para prever o futuro, talvez o melhor seja analisar o presente, e a vitória de Donald Trump veio «globalizar» e dar um tremendo impacto ao populismo e a uma eventual contra vaga soberanista, mais proteccionista e nas fronteiras da democracia.

A primeira nota importante, quando analisamos a dinâmica actual, é que a comparação com a crise da chamada segunda Globalização é tentadora. De facto, o mundo em 1900 não fazia prever o que veio a seguir. A resposta simplista poderia ser esta: a revolução Russa, o protecționismo e o fascismo acabaram com ela. Será que esta nova vaga populista é o anúncio de uma nova era de «Retrocesso»? No momento em que escrevo, volta a falar-se de Hitler, de ditaduras, de soberanismo e de protecționismo. Mas convém evitar as generalizações simplistas, o que não significa ignorar duas coisas: desde logo que o mundo das democracias está a sofrer alguns processos de desconsolidação, muito embora não seja seguro que o receio de Ralf Dahrendorf<sup>1</sup>, segundo o qual o século XXI poderia tornar-se no «século do autoritarismo», se venha a tornar realidade (Dahrendorf 1998); depois, que existe de facto uma vaga populista nas democracias dos países mais desenvolvidos, cujo futuro também é difícil de prever.

## As duas Globalizações

A associação virtuosa do fim da Guerra Fria, da grande expansão de regimes políticos democráticos e da transição ao capitalismo (com ou sem democracia) de grandes potências como a Rússia ou a China foram expoentes de um desenvolvimento (com precedentes) de um mercado mais globalizado. Começemos por analisar este processo à luz do falhanço da «primeira mundialização» de finais do século XIX a partir de uma das mais estimulantes análises desta dinâmica na viragem do século XX, da autoria da politóloga do MIT Suzanne Berger<sup>2</sup> (1983). Fazê-lo também representa uma opção: a de comparar duas «conjunturas críticas», por acaso de viragem de século. De facto, e salvo melhor opinião, não vale a pena pensar a globalização contemporânea com uma abordagem estritamente historicista, do tipo «pequenas e grandes contribuições que foram desembocar na actual e ainda incerta erosão dos Estados pelo capital». Nesta perspectiva, a concentração nestas duas conjunturas críticas pode ter algum sentido.

Vista com os olhos finalistas de hoje, a viragem do século XIX para o XX representou um desafio global de democratização política e de criação de bem-estar perante a abertura da economia internacional. Se definirmos globalização como «um conjunto de mudanças aceleradoras de um mercado único mundial de serviços, mercadorias, trabalho e capital» (Berger 1983), o período que vai de 1880 à Primeira Guerra Mundial conheceu um desenvolvimento sem precedentes do comércio internacional, de mobilidade de capital e de pessoas. Só nos anos 80 do século XX o mundo voltaria a recuperar essa dinâmica. Alguns números bastam para o ilustrar.

A revolução nos transportes provocou uma acentuada mobilidade de mão-de-obra (55 milhões movimentaram-se para o

«novo mundo») e o comércio internacional representava mais nas economias nacionais do que representaria nos anos 50 do século XX. Os franceses, por exemplo, enviaram as suas poupanças para a Rússia, para o império Otomano ou para a América Latina, e os seus empresários deslocalizaram a produção, criando fábricas na Rússia ou na Turquia. O que distinguiu este movimento dos precedentes?

As mais importantes mudanças estão sem dúvida relacionadas com a importância do mercado. Até aos finais do século XIX, a maioria da produção, consumo e poupanças, dominados pela ruralidade, não era trocada no mercado. Os Estados foram também poderosos agentes de defesa contra o desenvolvimento das trocas internacionais e recuperariam, aliás, a sua predominância a seguir à Primeira Guerra Mundial. Mas a mais evidente mudança talvez seja a dos actores económicos, pois, até meados do século XIX, as trocas internacionais, que eram protagonizadas por firmas familiares ou concentradas em companhias, conheceram novos actores financeiros, com uma massa significativa de pequenas poupanças. Polanyi<sup>3</sup> detectou aqui um salto qualitativo na mercantilização da sociedade, indispensável à primeira Globalização.

Alguns dos motores desta mundialização estiveram presentes também na segunda Globalização, como a revolução nas comunicações e nos transportes. O telégrafo e o telefone uniram, em 1914, os mercados financeiros quase instantaneamente. Aumentaram os tratados de comércio livre, ainda que, ao menor sinal de recessão, o protecçãoismo regressasse de imediato à agenda política. Mas medidas como o padrão-ouro foram centrais para o salto das trocas comerciais, a par com outras inovações institucionais. Apesar de as colónias europeias desempenharem algum papel, a memória pode ser traiçoeira: a França, por exemplo, investiu muito mais na Rússia e na Europa do que nas suas

colónias, menos, aliás, do que a Inglaterra, que investia cerca de 30% no seu império.

Os medos também rapidamente emergiram em sociedades massificadas e em democratização, com acrescida participação popular. A ameaça do Japão, em 1900, e da Ásia não deixou de se manifestar ao mesmo tempo que as interrogações sobre os seus efeitos eram manifestas. No Parlamento francês, temas como o impacto dos produtos produzidos pela mão-de-obra barata estrangeira, emprego em França e baixa de salários eram recorrentes, ao mesmo tempo que a ameaça da fuga de capitais perante mais impostos era visível. O tema da relação entre integração económica e Guerra também foi equacionado, dos moderados, que pensavam que sim, a Lenine, que pensava que a Guerra entre países capitalistas era inevitável.

Em 1900, no entanto, poucos previram que esta segunda Globalização iria, se não sucumbir, pelo menos sofrer um sério revés com a Guerra, o protecționismo e um reforço dos Estados alguns anos depois. Para Suzanne Berger, a lição da Primeira Guerra Mundial é simples: «um sistema económico internacional não dá espontaneamente origem a uma ordem internacional segura» (Berger, 2003). A densa rede de comércio desta primeira experiência não anulou as pressões nacionalistas ou as ambições expansionistas dos Estados. Apesar dos esforços do pós-Guerra, com a criação da Sociedade das Nações, teríamos mais uma Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, e a descolonização e a Guerra Fria consagraram uma ruptura com o início do século.

Através de múltiplos instrumentos, das nacionalizações ao controlo de capitais, do factor trabalho e do crédito, os governos reduziram no fundamental o poder dos grandes actores económicos. Mais do que em qualquer outro período, para o melhor ou para o pior, os governos conseguiram, ainda que de forma muito

imperfeita, exercer a soberania popular, no caso de serem democracias, ou do Estado, no caso de serem ditaduras.

Os historiadores económicos não têm a mesma opinião sobre que tipo de lições tirar da segunda Globalização, e o quadro comparativo terá de ser usado com prudência. Os fluxos migratórios atlânticos, motor da primeira Globalização, não estão presentes cem anos depois, os movimentos de capitais da terceira Globalização são gigantescos, comparados com a segunda, e por aí adiante. Mas a globalização actual tem gerado medos parcialmente presentes na segunda, ainda que nesta o desafio seja bem mais dramático, nomeadamente sobre a possibilidade de um regime democrático sobreviver com fronteiras frágeis e com escassa capacidade redistributiva. O debate sobre a coexistência pacífica entre capitalismo e democracia é antigo e a dinâmica anticapitalista marcou o fim da primeira Globalização. No entanto, sempre que a mudança política foi produto de eleições livres, nunca venceu.

Mas vale a pena salientar também a grande diferença. No passado, os Estados, mal ou bem, foram actores de fronteira entre as economias nacionais e o exterior e conseguiram, com maior ou menor intervencionismo, regular o capitalismo. Hoje, a globalização parece ameaçar não só a protecção que os Estados davam à cidadania perante o Mercado, colocando o desafio de manter um regime democrático com escassa soberania territorial.

Alguns movimentos de integração económica e política regional, como é o caso da actual União Europeia, têm procurado responder em democracia a este desafio, o que, por si, já representa uma inovação significativa, ainda que a progressiva perda de poder nacional não seja compensada por novas formas de poder transnacional com legitimidade democrática.

A grande deslocação de vastos sectores produtivos para os países menos desenvolvidos, com mão-de-obra mais barata,

ameaça obrigar as economias desenvolvidas a uma reestruturação sem precedentes. Neste esforço, «os benefícios da globalização são distribuídos a toda a sociedade, mas os seus custos são concentrados» (Berger, 2003). Mais importante, e ao contrário da segunda Globalização, a capacidade de controlar a distribuição de poder e de bem-estar no interior dos Estados Nacionais é bem menor. Mas as fronteiras continuam a desempenhar um papel importante. Muitas multinacionais continuam a privilegiar os seus países de origem e convém não esquecer que largas faixas das economias nacionais estão mais distantes do comércio internacional. O espaço nacional, económico, cultural e Estatal não é facilmente dominado pela globalização. Porém, o desafio deste em assegurar a redistribuição indispensável a uma democracia de qualidade continua sem resposta fácil.

### Temas e reacções populistas à globalização

A vitória de Donald Trump e do seu discurso mais soberanista e proteccionista veio dar sentido e expressão à vaga populista, encontrando na terceira Globalização o seu pólo negativo. Como sublinha Slavoj Žižek neste livro, a clivagem actual já não é entre capitalismo e comunismo, mas estritamente inerente à ordem capitalista: «numa perfeita jogada hegeliana, quando o capitalismo venceu o seu inimigo externo e uniu o mundo, a divisão voltou, dentro do seu próprio espaço». Aliás, o revivalismo de algum neomarxismo não deixa de sublinhar certos aspectos importantes. De facto, Marx acreditava que os perdedores do capitalismo são os grandes agentes da mudança política. Mas o século XX também nos ensinou, à sua revelia, que o populismo histórico latino-americano, por exemplo, de Getúlio Vargas ou Perón, driblou o seu «sentido da história», roubando à esquerda

socialista a sociedade civil, modelada pelo individualismo e o consumismo, ainda que enquadrada pelo Estado. Por outro lado, no meio de vencedores e perdedores da globalização, é bem verdade que, fora do hemisfério norte desenvolvido, há milhões de pessoas a viver há muito com populismo, ditaduras e incerteza permanente, mas também existem muitos milhões a ganhar com a globalização.

Conseguimos identificar alguns pontos comuns da vaga populista no campo político? Partamos dos aspectos sublinhados por Ivan Krastev neste livro: um regresso à polarização política e a um estilo de política de maior confronto, revertendo o processo de fragmentação do espaço político e com uma população mais concentrada nos seus medos colectivos; o desenvolvimento de um campo político mais personalizado em que os líderes políticos desempenham um papel muito importante e em que as instituições são, frequentemente, alvo de desconfiança; a clivagem esquerda/direita a ser substituída por um conflito entre internacionalistas liberais-globalizados (acrescento eu) e nativistas (Muller 2016<sup>4</sup>; Mudde 2017<sup>5</sup>); e, sobretudo, a dissolução da união entre a democracia e o liberalismo, que era a característica do mundo pós-1989.

O apelo dos partidos populistas é a promessa de uma vitória não partilhada, e, pelas experiências ainda breves da sua preocupante passagem pelo poder na Europa, podemos observar de imediato que o que os caracteriza são as suas tentativas constantes de subverter os equilíbrios de poder, tentando submeter tribunais, bancos centrais, meios de comunicação social e organizações da sociedade civil.

Já sabemos há muito tempo que, quer na América do Norte quer na Europa Ocidental, a cidadania se tornou mais crítica dos seus dirigentes políticos e mais cínica quanto ao valor da democracia enquanto sistema político, e que, pior, quanto mais

joventes são as gerações, «menos empenhadas na importância da democracia»<sup>6</sup> estão (Foa, 2016). Mas conjunturas críticas, como a crise dos refugiados e outras, desencadeiam ciclos de ameaça identitária que favorecem o populismo de direita e o autoritarismo. Karen Stenner, no seu livro *The Authoritarian Dynamic* (2010)<sup>7</sup>, demonstra que a procura do autoritarismo não é um traço psicológico consistente, mas uma predisposição psicológica de indivíduos para se tornarem intolerantes, quando percebem um aumento dos níveis de ameaça. O conceito de «ameaça normativa» de Stenner talvez nos ajude a compreender melhor porque é que as sociedades da Europa Central foram aquelas que expressaram reacções mais hostis aos refugiados. É que, ameaçadas por um declínio populacional e marcadas por um passado e um presente mais multiétnico-culturais, a predisposição para votar e apoiar partidos populistas é obviamente maior.

O grande economista político Karl Polanyi tem sido revisitado nos últimos anos devido à sua grande perspicácia analítica da dinâmica do capitalismo, entre a mercantilização e a procura de protecção social. Em *A Grande Transformação* (1944), Polanyi analisa com mestria a dinâmica de globalização do capitalismo, mas o paralelo que é possível traçar em relação à liberalização mais recente aponta para a dualidade de respostas de esquerda e de direita; em certos casos, procurando expandir os direitos cívicos como parte de uma concepção cosmopolita e inclusiva, e outras mais nacionalistas-soberanistas e mesmo xenófobas. Esta dinâmica mais acentuada no mundo desenvolvido do hemisfério norte parece ser dominada pelo populismo de direita. Donatella de La Porta, uma socióloga política dos movimentos sociais, crê, como os organizadores deste livro, que testemunhamos um «Grande Retrocesso». Do Brexit à vitória de Trump, dos países escandinavos à Polónia ou à Hungria.

Será que a tão debatida clivagem entre os vencedores e perdedores da globalização favorece o populismo de direita? Aparentemente, sim. Apesar da dimensão transclassista e, por vezes, multiétnica dos votos de protesto populista – do Brexit à eleição de Donald Trump –, as classes baixas e as classes médias-baixas dominam.

Paul Mason traça, aqui, um perfil muito ilustrativo dos votantes na saída da Grã-Bretanha: os 52 por cento de votos no Brexit não partiram apenas dos tão estereotipados e citados trabalhadores brancos, das pequenas e médias cidades e dos centros industriais em declínio. De acordo com uma sondagem feita à boca das urnas, 27 por cento da população negra e 33 por cento dos asiáticos votaram também na saída da União Europeia. E, entre os que escolheram sair, 59 por cento pertencem às classes média e alta. Mas, de facto, o voto pela saída foi mais expressivo nas pequenas localidades, onde os resíduos da cultura identitária operária se transformaram, entretanto, numa «identidade» cuja principal característica é a revolta contra a globalização e uma cultura liberal e transnacional, baseada nos direitos humanos. Convenhamos que não estamos longe do perfil que tem alimentado o populismo de direita em muitos outros países europeus e nos EUA. Mesmo com o auxílio dos segmentos da elite económica e social que os apoiam, mais ricos e instruídos, e que são importantes pilares, não vale a pena insistir muito nas teorias conspirativas, que fazem lembrar a ironia amargurada marxista dos anos do populismo histórico perante o «roubo» das classes populares pela direita; no geral acompanhado de uma acentuada personalização discursiva e organizativa destes movimentos.

E à esquerda temos uma variante do mesmo ou algo diverso? Donatella de La Porta e muitos outros acham que esta associação entre esquerda e populismo é analiticamente «débil» e optam por uma definição de populismo mais restritiva. É o caso de

Kenneth Roberts<sup>8</sup>, que acha que, enquanto os movimentos sociais da esquerda «emergem de formas autónomas de acção colectiva desencadeadas por redes ou grupos cívicos que se constituíram por si mesmos», o populismo envolve uma personalidade que, a partir de cima, vai apenas captando as emoções e identidade dos «de baixo». Como ele escreve: «O populismo não requer que o eleitorado se envolva em qualquer acção colectiva, para lá da acção individual de preencher o boletim de voto numa eleição nacional ou num referendo popular (...), os movimentos sociais mobilizam essa contestação a partir de baixo, enquanto o populismo tipicamente mobiliza o eleitorado desde o topo, atrás da liderança de uma elite de oposição» (Roberts, 2015). Estamos aqui perto das análises do velho populismo latino-americano, mas ainda não temos regimes populistas na Europa comparáveis aos primeiros, onde os apelos plebiscitários assentavam numa relação directa, sem intermediários, entre uma figura populista e um eleitorado altamente fragmentado.

O Brexit pode ter sido um exemplo muito ilustrativo da mobilização populista com grande impacto. Bruno Latour, numa frase bonita, traçou-lhe o futuro: «O país que tinha inventado o espaço indefinido do mercado sobre o mar e sobre a terra, o país que não parou de empurrar a União Europeia para não ser mais do que uma enorme loja, esse mesmo país, perante o aparecimento em Calais de alguns milhares de refugiados, decidiu, sem mais nem menos, deixar de brincar à globalização.» Porém, mesmo após o Brexit, é duvidoso que a Grã-Bretanha siga este juízo pessimista. De qualquer forma, vale a pena salientar que o eixo mais poderoso da vaga populista está à direita.

Ainda que os EUA estejam longe de ser o padrão dominante, Nancy Fraser captou bem o que esteve em causa nestas eleições e na vitória de Trump, e não foi apenas uma revolta contra a globalização. O que boa parte dos norte-americanos rejeitou não foi

o liberalismo *tout court*, mas o que ela designa como o liberalismo *progressista*: a irónica aliança das correntes mais importantes de novos movimentos sociais (feminismo, anti-racismo, multiculturalismo e direitos dos LGBTQ) com a «nova Economia» dos sectores financeiros e económicos de alta qualidade e baseados em serviços, de Wall Street a Silicon Valley, passando por Hollywood.

Há armas institucionais que podem ser arremessadas pelas democracias contra os populistas? Evitar modelos referendários, por exemplo? Encontrar engenharia eleitoral para diminuir a margem de manobra dos partidos populistas, forçando a integração, a partilha ou mesmo o seu declínio? Alguns políticos e cientistas sociais, como, por exemplo, David Van Reybrouck, não entendem de que forma questões políticas complexas, tais como a adesão à UE ou a reforma do parlamento, podem ser resolvidas através de «um golpe único do machado» num referendo. Como ele escreve neste livro: «Donald Trump não é uma bizzarria, mas o resultado muito lógico de um sistema democrático que conjuga o processo de votação do século XVIII com a ideia do século XIX de sufrágio universal, a invenção dos meios de comunicação do século XX e a cultura da comunicação social do século XXI.» Mas a melhoria da qualidade da democracia e das suas instituições, na sua dimensão eleitoral, por si só, parece de duvidosa utilidade. A resposta estará seguramente mais próxima da incerta relação entre capitalismo e ordem mundial.

### Colaboraram neste livro

**ARJUN APPADURAI**, nascido em 1949 em Bombaim, é Professor da Cátedra Goddard de *Media*, Cultura e Comunicação na Universidade de Nova Iorque e Professor Visitante no Instituto de Etnologia Europeia da Universidade Humboldt (Berlim) em 2016/2017.

**ZYGMUNT BAUMAN**, nascido em 1925 in Poznań, falecido em 2017 em Leeds, era Professor na Universidade de Leeds. Recebeu vários prémios e distinções, entre eles o Prémio Theodor-W-Adorno da cidade de Frankfurt (1998) e o Prémio Príncipe das Astúrias (2013).

**ANTÓNIO COSTA PINTO** é doutorado pelo Instituto Universitário Europeu (1992, Florença), sendo presentemente investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor convidado no ISCTE, Lisboa. Foi professor convidado na Universidade de Stanford (1993) e investigador visitante em diversas universidades dos EUA. Tem várias obras publicadas e colabora regularmente na imprensa, rádio e televisão, sendo comentador na SICN.

**DONATELLA DELLA PORTA**, nascida em 1956 na Catânia, é Professora de Ciência Política e directora do Centro de Estudos de Movimentos Sociais na Escola Normal Superior de Florença.

**NANCY FRASER**, nascida em 1947 em Baltimore, é Professora da Cátedra Henry A. e Louise Loeb de Ciência Política e Social e Professora de Filosofia na New School de Nova Iorque.